

PLANO DE ATIVIDADES 2026

(janeiro a junho)

Título: Plano de Atividades 2026 (janeiro-junho)

Direção e coordenação: Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Nacional de Educação

Organização e apoio à coordenação: Cristina Brandão e Rita Vinhas

Editor: Conselho Nacional de Educação (CNE)

Edição: janeiro de 2026

© CNE – Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca – 1700-195 Lisboa

Telefone: 217 935 245

cnedu@cnedu.pt

www.cnedu.pt

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. Introdução e enquadramento | 3 |
| 2. Atividades a desenvolver janeiro a junho | 8 |
| • Comissões Especializadas Permanentes | 8 |
| • Comissão Especializada Eventual | 10 |
| • Projetos DICA, EDA 50 e Estado da Educação | 10 |
| • Outras atividades | 11 |

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Quando, em 9 de junho de 2022, iniciei o presente mandato como presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), propus a constituição de seis Comissões Especializadas Permanentes (CEP) que refletissem domínios relevantes para o desenvolvimento da educação do país. Neste sentido, a organização e o desenvolvimento do trabalho no âmbito de cada uma das seis CEP decorreram em grande medida de uma lógica orientada por “grandes temas” transversais e relevantes para os diferentes patamares do sistema educativo. Assim, surgiram temáticas relativas ao *Curriculum*, à *Inovação Pedagógica nas Escolas*, às relações entre a *Escola e a Sociedade*, aos *Docentes e Outros Profissionais da Educação* e à *Democratização e Desigualdades Educativas* que, naturalmente, podem ser trabalhadas desde a educação pré-escolar à educação superior. A sexta CEP — *Educação Superior, Ciência e da Tecnologia* — é, efetivamente, a que se reveste de maior especificidade. Mas o que gostaria de realçar para efeitos do enquadramento deste Plano de Atividades é o facto de, ao longo deste mandato, a Comissão Coordenadora (CC) do CNE ter sido capaz de desenvolver dinâmicas que permitiram enriquecer o espaço público da educação no que diz respeito àquelas temáticas. E, assim, fomos capazes de, para cada uma delas, ir sinalizando, fundamentadamente, questões consideradas essenciais que, por isso, têm merecido a nossa melhor atenção. Neste processo, o trabalho realizado no âmbito de cada uma das CEP, envolvendo um significativo número de conselheiros, tem sido inestimável permitindo concretizar uma diversidade de ações consistentes, focadas nos objetos relevantes e associadas à elaboração de produtos concretos tais como relatórios e outras publicações, recomendações, contributos e pareceres. O plenário do CNE, no seu todo, tem tido, igualmente, um importante papel na concretização dos Planos de Atividades que foram sendo elaborados ao longo do meu mandato e, consequentemente, na efetiva materialização do plano que apresentei à Assembleia da República, ao Governo e ao Conselho. Nestes termos, ao longo destes últimos anos, foi possível garantir que as nossas principais ações no âmbito das temáticas acima referidas, tivessem um fio condutor, lógico e consistente, que muito tem contribuído, entre outras coisas, para robustecer a fundamentação do trabalho que se foi realizando.

Nesta introdução e enquadramento, gostaria ainda de fazer uma breve referência a três estratégias deliberadamente utilizadas para procurarmos garantir a melhor qualidade possível do trabalho realizado. A *proximidade* é uma delas e tem permitido estabelecer parcerias com uma diversidade de instituições e entidades tais como universidades e institutos politécnicos, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, câmaras municipais e centros de formação de associações de escolas. Estas parcerias têm permitido, por exemplo, realizar seminários um pouco por todo o país, contribuindo, de facto, para alargar o espaço público de educação, através do debate e da participação de uma diversidade de intervenientes e de comunidades educativas. Na verdade, através desta estratégia, o CNE tem contribuído para alargar o debate a outros protagonistas e a outras comunidades, dar mais visibilidade às questões que têm orientado as suas ações e para aproximar as perspetivas que decorrem do conhecimento teórico e as que decorrem do chamado conhecimento prático.

A *imersão real nas realidades escolares* é outra estratégia que tem sido utilizada para que possamos acompanhar de perto e, assim, compreender os fenómenos que nos suscitam interesse e que nos preocupam. Esta imersão tem sido essencialmente concretizada através das investigações realizadas no âmbito do projeto DICA e através dos processos utilizados para a produção dos ensaios prospectivos do Estado da Educação. Trata-se de um modo de trabalhar que tem sido francamente valorizado por todos aqueles com quem temos estabelecido parcerias ou delineado estratégias de cooperação. E que é necessário continuar a aprofundar tendo em vista a sua comprovada importância para poder caracterizar com rigor a complexidade dos fenómenos educativos.

Finalmente, refiro a *mobilização, a integração e a utilização do conhecimento* e, concomitantemente, a necessidade que temos de estar próximos e de trabalharmos com instituições e com pessoas que investigam as realidades sociais em geral e, muito particularmente, as realidades educativas. Sem a utilização deliberada e inteligente do conhecimento e sem a utilização rigorosa e sistemática de procedimentos de recolha e análise de informação será muito difícil, ou mesmo impossível, fundamentar o trabalho que o CNE tem de produzir, nomeadamente a diversidade de contributos que tem de preparar para a Assembleia da República e para o Governo. Por isso, em todas as atividades a desenvolver tem de estar subjacente a base imprescindível de conhecimento que as orienta e fundamenta. Deste modo, os planos de atividades têm vindo a refletir, cada vez mais, a concretização desta estratégia.

O presente Plano de Atividades foi analisado e tacitamente aprovado na reunião da Comissão Coordenadora de 27 de novembro de 2025 e apresentado e discutido no plenário do CNE que se realizou em 3 de dezembro de 2025.

Tendo em conta este breve enquadramento, dir-se-á que, no essencial, o Plano de Atividades de 2026 (janeiro-junho) prossegue o trabalho que vinha sendo realizado em cada uma das CEP. A análise do que é proposto permite verificar que a conceção e elaboração de recomendações tem uma expressão significativa. De facto, prevê-se que se realizem pelo menos as seguintes recomendações (alguns dos títulos ainda não definitivos) em cada uma das temáticas referidas:

- Currículo (*Para um currículo dos seis primeiros anos de escolaridade*)
- Escola e Sociedade (*Transferência de competências para os municípios*)
- Professores e Outros Profissionais de Educação (*Indução de professores*)
- Democratização e Desigualdades Educativas (*Inclusão de alunos migrantes e o papel da disciplina Português Língua Não Materna — PLNM*)

Além destas quatro recomendações, estão igualmente previstas uma no âmbito da *Educação e do ensino da música*, na sequência do trabalho que vem sendo realizado pela respetiva Comissão Especializada Eventual e outra no âmbito da *Inteligência artificial em contextos educativos*. Em suma, são seis recomendações em domínios que têm sido reconhecidos como

relevantes esperando-se que, através delas, o CNE possa dar um contributo positivo para a melhoria e o desenvolvimento da educação no nosso país.

A realização de encontros e seminários, que seguirá o padrão que vem sendo utilizado no que se refere à sua organização em parceria com outras entidades e instituições e à sua localização descentralizada (fora de Lisboa), tem igualmente uma importante expressão no conjunto das atividades a realizar em 2026. De facto, perspetiva-se a realização de cinco seminários para alargar e aprofundar o debate acerca de práticas e políticas educativas em matérias reconhecidamente relevantes e atuais e também para recolher informação que possa contribuir para fundamentar a elaboração de recomendações. Um deles, no âmbito da temática da transferência de competências para os municípios, será realizado em parceria com o escritório em Portugal da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e com um município. Há também seminários destinados à divulgação de recomendações como é o caso do que está previsto pela segunda CEP para a divulgação da recomendação sobre a *Sustentabilidade da Inovação Pedagógica nas Escolas*. Um outro seminário está proposto pela quarta CEP para debater acerca de uma matéria complexa e muito oportuna como é a *Avaliação do Desempenho Docente*.

Estão ainda previstas ações no domínio das publicações com o propósito de sistematizar e divulgar trabalhos realizados no âmbito de temáticas tais como *Inovação Pedagógica* (2.ª CEP), *Outros Profissionais da Educação* (4.ª CEP) e *Inclusão de Alunos Migrantes e o PLNM* (5.ª CEP). Estas e outras publicações têm sido pensadas tendo em conta os fundamentos teóricos relativos à temática abordada assim como a análise das práticas e das políticas educativas a partir de contextos reais.

No domínio da educação superior, a 6.ª CEP prosseguirá o trabalho que há cerca de três anos vem realizando no âmbito do *Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior* (RJIES), destacando-se a participação em reuniões e audições com a equipa governativa e com a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, a elaboração de um parecer e de contributos e a participação em encontros da iniciativa de uma grande diversidade de entidades e instituições. Prevê-se que, em 2026, o CNE continue a dar o seu contributo numa matéria que é determinante para o futuro da educação superior no nosso país. Na verdade, no próximo dia 27 de janeiro, voltaremos a estar presentes na Assembleia da República para mais uma audição no domínio do RJIES numa altura em que o projeto de Decreto-Lei do governo foi aprovado na generalidade no dia 5 de dezembro e baixou àquela comissão para a discussão na especialidade. Dada a complexidade e a grande relevância do RJIES, teremos, certamente, de continuar a trabalhar e a aprofundar os contributos que temos vindo a elaborar.

Ainda no que se refere à educação superior, assume particular relevância a legislação relativa à Ação Social Escolar recentemente apresentada na Assembleia da República e acerca da qual o CNE produziu um contributo remetido ao governo. Nesta como noutras matérias, espera-se

que a nossa colaboração tenha de prosseguir ainda que não seja possível, neste momento, definir o tempo e o modo dessa colaboração.

Passarei agora a fazer uma breve referência aos projetos que tenho vindo a coordenar diretamente com a prestimosa, inestimável e qualificada colaboração de todos os membros da Assessoria Técnico-Científica do CNE.

O *Estado da Educação* (EE), tal como definido em 2023, tem continuado a divulgar sínteses estatísticas, com um pendor mais analítico e reflexivo e a incluir textos de natureza ensaística acerca de temas considerados relevantes no contexto da educação portuguesa. Além disso, tornou-se numa publicação menos extensa, mais simples e, tanto quanto possível, substantiva e com um conteúdo consistente com os desenvolvimentos a vários níveis da sociedade portuguesa. Isto significa que, ainda que se possa manter um núcleo duro de informação, o conteúdo pode e deve ajustar-se às dinâmicas da sociedade e do sistema educativo. E isso, realmente, começou a acontecer e espera-se que assim continue para que o EE possa dar um importante contributo para esclarecer e debater as questões críticas da educação e, assim, para apoiar o desenvolvimento e a melhoria das respetivas políticas públicas. No primeiro semestre de 2026, tendo em conta as atuais circunstâncias, é particularmente importante prosseguir os esforços de divulgação junto da sociedade e das diferentes comunidades educativas do conteúdo do EE, nomeadamente através da página do CNE na plataforma *Linkedin*, que deverá estar atualizada no início de 2026.

O *DICA*, cujo terceiro número será publicado no primeiro trimestre de 2026, tem vindo a ser considerado um projeto relevante numa diversidade de contextos de formação inicial e contínua de docentes. Na verdade, os seus conteúdos podem contribuir para a construção e consolidação das identidades dos profissionais, para a divulgação de processos de inovação ao nível das práticas de liderança e das práticas educativas em geral e para induzir processos de reflexão que promovam conceções que facilitem a melhoria das práticas pedagógicas. O *DICA* é importante e necessário porque permite evidenciar, entre outros aspetos relevantes, que é possível construir uma escola, uma pedagogia, mais humana e inclusiva, em que todas as crianças e jovens possam aprender mais, com mais profundidade e com mais gosto. Em 2026, para além da publicação, interessa prever meios mais eficientes e eficazes de divulgação e de discussão dos materiais que vêm sendo produzidos.

O *EDA 50* é um projeto que o CNE desenvolve desde 2023 no âmbito das comemorações dos 50 anos da instauração da liberdade no país em 25 de Abril de 1974. A sua dimensão intergeracional tem sido considerada inovadora e geradora de importantes dinâmicas sociais, culturais e políticas nas comunidades educativas. A construção de um acervo de acesso aberto com os trabalhos produzidos nos agrupamentos e nas escolas não agrupadas pelos jovens e pelos seus docentes é, certamente, uma característica única deste projeto. As memórias daqueles que viveram antes da liberdade ficam disponíveis para as gerações futuras. Em 2026, o projeto concluirá os seus trabalhos com a realização de uma sessão em que será assinalado e comemorado o 50º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa e em

que se fará o balanço do desenvolvimento do projeto com particular referência à natureza dos trabalhos produzidos e ao seu valor e significado para a educação das crianças e dos jovens.

Finalmente, tal como no ano passado, devo referir que “há um significativo número de atividades que têm de ser necessariamente realizadas e que decorre das dinâmicas relacionadas com as solicitações da Assembleia da República e do Governo e de outras entidades, da participação numa diversidade de eventos de natureza científica, pedagógica (...).” Tais atividades não são previsíveis e dependem de uma diversidade de circunstâncias que não são controláveis.

O Plano de Atividades para o primeiro semestre de 2026 (janeiro-junho) assegura a continuidade do trabalho que se vem realizando desde o segundo semestre de 2022, altura em que iniciei o mandato que se concluirá no próximo dia 9 de junho. Tenho de referir que, ao longo destes anos, pude sempre contar com o inexcedível e qualificado apoio de todos os membros da assessoria técnico-científica, do gabinete de apoio à presidência e de todos os que integram os diferentes setores de atividade do CNE.

Nesta altura, não posso deixar de sublinhar e de agradecer o inestimável trabalho desenvolvido por todas as senhoras e senhores conselheiros no âmbito das diferentes comissões especializadas e no âmbito das sessões plenárias. De igual modo, não posso deixar de fazer referência ao papel da Comissão Coordenadora cujos conselheiros foram determinantes para construir e desenvolver os processos que nos permitiram cumprir as tarefas essenciais constantes em cada um dos diferentes planos de atividades. E, desse modo, foi possível responder positivamente aos desafios e desígnios que orientam o papel do Conselho Nacional de Educação na sociedade portuguesa.

Domingos Fernandes
Presidente do Conselho Nacional de Educação
9 de janeiro de 2026

2. ATIVIDADES A DESENVOLVER | janeiro a junho

Comissões Especializadas Permanentes

1ª Comissão Especializada Permanente | Currículo

Por se terem detetado algumas dissonâncias de funcionamento no atual 2º ciclo do Ensino Básico, no estudo que levou à Recomendação sobre *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO): reflexões acerca da sua concretização nas Escolas* e após imersão na temática de um ciclo único de escolaridade dos seis aos doze anos, através de recolha de informação sobre as raízes históricas do problema e as posições tomadas a nível nacional, fundamentação científica na perspetiva do currículo, estudo sobre o ISCED 1, e um estudo comparativo de 14 países, o ano de 2026 será dedicado à conceção e elaboração de uma Recomendação intitulada *Para um Currículo dos Primeiros Seis Anos de Escolaridade*.

Neste sentido, prevê-se a realização das seguintes atividades:

- Relatório Técnico sobre os princípios orientadores para o ciclo único de escolaridade dos seis aos doze anos, de suporte à Recomendação.
- Sistematização de aspectos relativos aos currículos de sistemas educativos de 14 países.
- Análise de conteúdo das audições realizadas *online* a 13 personalidades (académicos, formadores, administradores, gestores e professores do terreno).

2ª Comissão Especializada Permanente | Inovação Pedagógica nas Escolas

As atividades previstas para 2026 dão seguimento ao trabalho realizado pela 2.ª Comissão Especializada Permanente no âmbito da inovação pedagógica nas escolas.

Neste âmbito prevê-se a realização das seguintes atividades:

- Seminário de divulgação da Recomendação sobre a *Sustentabilidade da Inovação Pedagógica nas Escolas* (em data e moldes a acordar com a CEP).
- Publicação que reúne o trabalho desenvolvido pela 2.ª CEP: Referencial e Recomendação para a Inovação Pedagógica nas Escolas (2023); Cenários de inovação pedagógica resultantes dos seminários *Diálogos sobre a inovação pedagógica nas escolas* (2024); Recomendação sobre a *Sustentabilidade da Inovação Pedagógica nas Escolas* (2025).

3ª Comissão Especializada Permanente | Escola e Sociedade

No seguimento do desenvolvimento dos trabalhos da 3.ª Comissão Especializada Permanente, estão previstas as seguintes atividades:

- Conclusão da realização de audições relativas à transferência de competências para os municípios junto de uma diversidade de intervenientes com particular destaque para responsáveis autárquicos e da administração central.
- Seminário sobre transferência de competências para os municípios.
- Elaboração de uma Recomendação no âmbito da transferência de competências para os municípios.

4ª Comissão Especializada Permanente | Professores e Outros Profissionais da Educação

No âmbito da 4.ª Comissão privilegiar-se-á um conjunto de ações que permitirão aprofundar temáticas relativas aos professores e a outros profissionais da educação, dando continuidade a algumas atividades em fase de conclusão e em curso. Acresce também a realização de outras atividades que visam divulgar o estudo em curso relativo a outros profissionais da educação bem como um seminário sobre avaliação do desempenho docente, tendo em conta a sua pertinência e atualidade.

Neste sentido, a 4ª Comissão prevê realizar as seguintes atividades:

- Elaboração de um relatório técnico sobre a indução de professores.
- Elaboração de uma Recomendação sobre indução de professores.
- Conclusão do estudo sobre *Outros Profissionais de Educação* com a eventual realização de uma Recomendação neste âmbito.
- Seminário sobre Avaliação do Desempenho Docente.
- Webinário para divulgação do estudo *Outros Profissionais de Educação*.
- Publicação (em papel) do estudo *Outros Profissionais de Educação*.
- Participação em atividades relativas ao processo em curso relativo ao Estatuto da Carreira Docente, nomeadamente participação em reuniões com a equipa ministerial e com a Comissão Permanente de Educação e Ciência da Assembleia da República.

5ª Comissão Especializada Permanente | Democratização e Desigualdades Educativas

No primeiro semestre de 2026, a 5ª Comissão Especializada irá continuar a acompanhar vários temas no âmbito da Democratização e Desigualdades Educativas, concluindo atividades iniciadas em 2025 e realizando ainda outras iniciativas.

- Elaboração de uma Recomendação sobre a inclusão de alunos migrantes e o papel do PLNM (Português Língua Não Materna). Para o efeito estão previstas, entre outras possíveis ações, audições junto de uma diversidade de atores e a análise dos dados decorrentes do seminário *Diversidades, língua(s) e inclusão: desafios a enfrentar nos próximos anos* realizado em 2025.
- Conclusão da publicação em papel dos principais resultados do seminário anteriormente referido.
- Realização de um encontro sobre *Escola e Desigualdades Sociais* a partir dos resultados de duas investigações realizadas no âmbito de duas teses de doutoramento recentemente concluídas em que foram utilizados micro dados do Universo das escolas públicas em Portugal.

6ª Comissão Especializada Permanente | Educação Superior, Ciência e Tecnologia

Até ao final do mandato do atual presidente do CNE a 6.ª Comissão Especializada Permanente irá prosseguir alguns dos eixos principais de trabalho que tem vindo a desenvolver, designadamente sobre a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e sobre o novo sistema de Ação Social no Ensino Superior. É provável ainda que se tenha de debater sobre outras iniciativas legislativas previstas, nomeadamente a revisão do regime de graus e diplomas e dos estatutos das carreiras docentes e de investigação no Ensino Superior.

As atividades acima referidas irão provavelmente dar lugar a novos contributos, pareceres ou recomendações, consoante os casos e os desenvolvimentos respetivos, dirigidos à Assembleia da República e ao Governo, como tem ocorrido nos últimos anos.

Comissão Especializada Eventual da Educação e do Ensino da Música

O trabalho da Comissão Especializada Eventual relativa à educação e ao ensino musical (para o desenvolvimento da educação musical e do ensino geral da música de crianças dos três aos doze anos de idade e desenvolvimento dos cursos básico e secundário do ensino artístico especializado) será concluído no primeiro semestre de 2026.

Está previsto o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Elaboração de um relatório sobre a educação musical geral das crianças dos três aos doze anos de idade, o desenvolvimento dos cursos básico e secundário do ensino artístico especializado e o ensino profissional da música.
- Elaboração de uma Recomendação no mesmo âmbito.
- Realização de um seminário/encontro com diretores de escolas do ensino geral, do ensino artístico especializado e do ensino profissional artístico, bem como docentes do ensino da música nas diversas modalidades, para apresentação, divulgação e debate do relatório e da recomendação.

Projetos DICA, EDA 50 e Estado da Educação

Os projetos *Estado da Educação, DICA – Divulgar, Inovar, Colaborar, Avaliar* – e *Escolas à Descoberta de Abril – 50 Anos do 25 de Abril (EDA50)* têm tido um papel relevante na estruturação do trabalho desenvolvido no Conselho Nacional de Educação. No que se refere ao *Estado da Educação* estão previstas atividades relativas à sistematização e divulgação dos aspetos mais relevantes da edição publicada em dezembro de 2025, nomeadamente através da página do *Linkedin* do CNE cuja remodelação e atualização está em curso. No âmbito do projeto *DICA* prosseguirão as atividades relativas à publicação e divulgação das investigações realizadas assim como das narrativas de projetos inovadores dos parceiros que têm colaborado com o CNE. Finalmente, tal como previsto, o projeto *EDA50* chegará ao seu termo e, nesse sentido, serão desenvolvidas e sistematizadas as ações que ocorreram ao longo dos últimos três anos em que o CNE, juntamente com uma diversidade de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, do continente e das regiões autónomas, participaram activamente na celebração dos 50 anos da instauração da liberdade no nosso país, em 1974, e da aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 1976.

Assim, neste âmbito, assinalam-se seguidamente as principais atividades que se realizarão no primeiro semestre de 2026.

Estado da Educação

O *Estado da Educação* é um projeto que se materializa numa publicação de referência do Conselho Nacional de Educação, relativamente à qual, nos últimos três anos, se aprofundou, por um lado, a sua conceção mais analítica, reflexiva e prospectiva e, por outro lado, se investiu na realização de um relatório mais sucinto, mais simples e mais substantivo. No ano de 2026, os trabalhos associados a este projeto prosseguem, assegurando a sua regularidade institucional. As linhas orientadoras para a edição do presente ano deverão ser estabelecidas pelo(a) próximo(a) Presidente do Conselho Nacional de Educação.

DICA

1. Publicação do *DICA 2025*.
2. Apresentação e divulgação das conclusões mais relevantes do DICA 2025 junto das comunidades educativas e junto das instituições de formação inicial e contínua de professores.
3. Realização de um encontro de divulgação com participação dos professores e diretores envolvidos na publicação *DICA 2025* assim como dos intervenientes nos projetos apresentados pelas instituições parceiras do CNE neste projeto.

EDA 50

1. Acompanhamento sistemático e personalizado às equipas EDA50 no desenvolvimento e conclusão do projeto, com reuniões periódicas e contactos frequentes.
2. Partilha de trabalhos no acervo disponibilizado às comunidades educativas e ao público em geral.
3. Organização de um seminário a realizar a 15 de abril de 2026.
4. Elaboração do relatório final do projeto EDA 50.

Outras Atividades

Para além das atividades já referidas no âmbito dos trabalhos das diferentes comissões especializadas e dos projetos do Conselho, serão ainda realizadas as seguintes atividades:

- Ações associadas à produção de pareceres, recomendações e contributos por solicitação da Assembleia da República e/ou do Governo.
- Elaboração de uma recomendação no domínio da Inteligência Artificial (IA) em contexto educativo. Neste sentido, estão previstas as atividades que permitam, por um lado, sistematizar e consolidar os dados obtidos através dos trabalhos realizados em 2025 (e.g., audições, estudo comparado, revisão de literatura relevante) e, por outro lado, conceber processos de acompanhamento dos temas da IA na educação.
- Atualização da página *Linkedin* do Conselho Nacional de Educação.